ANO 12 EDIÇÃO 296 Valor: 2,00 tiragem: 1.000

ESTADÃO DE GOIÁS

Itumbiara-GO, 11 de Março de 2024 - DIRETOR GERAL: SANDRO CÉSAR DE SOUZA - sandrocesar_iub@hotmail.com

CAIS ATENDE EM NOVO ENDEREÇO E PRÉDIO É REFORMADO PARA SER POLICLÍNICA







Desde a última terça-feira, dia 5 de março, o CAIS (Centro de Ação Integrada à Saúde) está atendendo, provisoriamente, em novo endereço. Na Praça Sebastião Xavier, 25, na sede do antigo CPT, ao lado do Hospital Estadual São Marcos. O atendimento é de segunda a sexta-feira, das 7 às 11 horas e das 13 às 17 horas.

A mudança para o novo endereço é porque o prédio do CAIS, no Setor Anhanguera, será totalmente reformado e ampliado para abrigar, futuramente, a Policlínica.

A Prefeitura de Itumbiara irá investir mais de R$ 3 milhões e 600 mil na reforma e ampliação para o CAIS se transformar na Policlínica. Este valor não inclui os equipamentos e mobiliários, que serão orçados depois que a obra estiver pronta.

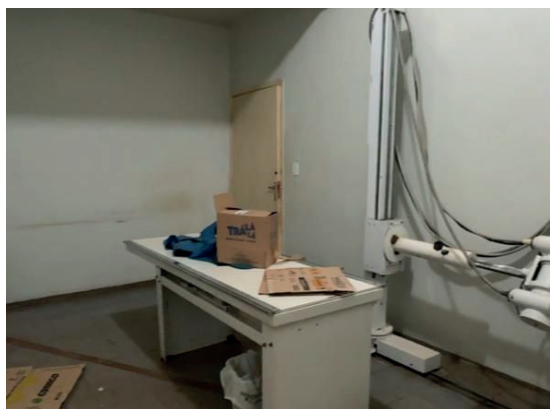
O prefeito Dione Araújo e o secretário municipal de Saúde, Adriano Martins, frisaram que a Policlínica será uma unidade de saúde moderna. Esta nova unidade contará com ampliação dos serviços, clínica para diabéticos, exames, consultas e atendimento de qualidade para a população itumbiarense.

A imagem é da projeção da Policlínica. As primeiras fotos são da entrada da nova sede do CAIS, agora na Praça Sebastião Xavier. As outras fotos do CAIS já desativado para a reforma e ampliação do prédio.

Canais da Prefeitura de Itumbiara
Site: www.itumbiara.go.gov.br
Instagram: @prefeituradeitumbiara
Face: @prefeituradeitumbiara
YouTube: @prefeituradeitumbiarago









PREFEITURA E EDUCAÇÃO ENTREGAM UNIFORMES E MATERIAIS ESCOLARES PARA QUASE 13 MIL ESTUDANTES EM ITUMBIARA



















A Prefeitura e a Secretaria Municipal de Educação entregaram, no dia 1º de março, uniformes e materiais escolares para quase 13 mil estudantes em Itumbiara.

São 12 mil 644 alunos da rede municipal de ensino – 17 escolas, 16 CMEIs (centros municipais de educação infantil) e dois CMETIs (centros municipais de educação integral) – e também de entidades conveniadas: AMI, AMA, APAE, OSCEOS / Educandário Dona Maria de Lurdes e CEI Gera Vida.

Nos uniformes, são dois conjuntos de camisetas, bermudas (masculino) e shorts saias (feminino). Os materiais escolares variam de acordo com a série, mas, no geral, são cadernos, cadernos de desenho, lápis, canetas, borrachas, lápis de cor, canetinhas coloridas, massas para modelar, tintas, pincéis, esquadros, réguas, transferidores, apontadores e agendas. Em breve serão entregues ainda tênis e meias.

A rede municipal atende alunos na educação infantil, no ensino fundamental do primeiro ao sétimo ano e a EJA, Educação de Jovens e Adultos, primeira etapa (equivalente ao início do ensino fundamental).

É o segundo ano consecutivo que os pais não tem despesas com material escolar, que foi todo adquirido pela Prefeitura de Itumbiara. O investimento somente neste ano é de R$ 8.556.863,75.

A entrega foi feita em todas as unidades municipais e nas instituições conveniadas em um único dia, 1º de março. O prefeito Dione Araújo esteve, junto com a secretária municipal de Educação, Silvana Fernandes Matos Macedo, em quatro escolas municipais, Rotary Clube, no Bairro Social, Peixoto da Silveira, no Bairro Marolina, Dona Venância Magalhães Cotrim, no Bairro Alto da Boa Vista, e Rogério Ribeiro Mendonça, no Bairro Ferreira da Costa.

Nestas unidades e nas demais, também estiveram presentes vereadores, secretários municipais e convidados, como o deputado federal Daniel Agrobom.

Dione e Silvana frisaram a importância dos uniformes e dos materiais escolares para beneficiar os alunos e familiares com produtos de qualidade.

Canais da Prefeitura de Itumbiara
Site: www.itumbiara.go.gov.br
Instagram: @prefeituradeitumbiara
Face: @prefeituradeitumbiara
YouTube: @prefeituradeitumbiarago

PREFEITURA IRÁ CONSTRUIR NOVA CLÍNICA DE HEMODIÁLISE EM ITUMBIARA



A Prefeitura irá construir uma nova clínica de hemodiálise em Itumbiara. Os projetos para obra foram já aprovados pela SUSIVA, a Superintendência de Vigilância em Saúde, em Goiânia.

Brevemente será lançada a licitação para a obra. O valor da construção está estimado em cerca de R$ 4 milhões. Este valor não inclui os equipamentos e mobiliários, que serão orçados depois que o prédio estiver construído.

O prefeito Dione Araújo está buscando parceiros no projeto, com emendas parlamentares do senador Jorge Kajuru, no valor de R$ 1 milhão e meio, e do deputado federal Daniel Agrobom, com mais R$ 1 milhão.

A previsão é que a clínica de hemodiálise atenda até 180 pacientes. Dione e o secretário municipal de Saúde, Adriano Martins, explicaram que a nova clínica irá ampliar o atendimento para pacientes que fazem hemodiálise em Itumbiara, daqui e também vindos das cidades da região.

Canais da Prefeitura de Itumbiara
Site: www.itumbiara.go.gov.br
Instagram: @prefeituradeitumbiara
Face: @prefeituradeitumbiara
YouTube: @prefeituradeitumbiarago



MULHERES QUE SUPERARAM O CÂNCER GANHARÃO RECONSTRUÇÃO DE ARÉOLAS GRATUITAMENTE



A intervenção será feita em referência ao Dia Internacional da Mulher, sem nenhum custo, pela profissional Janaína Lima, em ação idealizada pela Goiás Tattoo Festival, convenção de tatuagem que será realizada no Centro Cultural Oscar Niemeyer nos dias 5, 6 e 7 de abril

A Goiás Tattoo Festival (GTF), convenção de tatuagem organizada pela Taboo Produções, realizará a sua segunda edição em abril, no Centro Cultural Oscar Niemeyer. Em referência ao Dia Internacional da Mulher, celebrado anualmente em 8 de março, abrirá espaço para o Projeto Social Reconstrução de Amor, da profissional Janaína Lima.

"Fazemos essa ação já há muitos eventos e não somente na Goiás Tattoo Festival. Nas últimas oportunidades temos estabelecido essa parceria com a Janaína Lima, para que mulheres que venceram o câncer possam ter acesso ao serviço de reconstrução de aréolas gratuitamente", conta o idealizador das GTF à frente da Taboo Produções, Pedro Brito, que também é farmacêutico e, há doze anos, especialista e oncologia.

A tatuadora estética paramédica estará presente no local, nos dias 5, 6 e 7 de abril, realizando o procedimento e integrando a ação social do festival. "O procedimento tem ajudado muitas mulheres a ter de volta a sua autoestima", conta a artista. "Transformar vidas é uma grande motivação para mim", revela Janaina.

Para fazer o procedimento não há burocracia, basta agendar um horário por meio do WhatsApp (62 98128-1829), "o que deve ser feito com antecedência para garantir a vaga, uma vez que a ação ocorrerá em três dias, havendo uma limitação natural da quantidade de procedimentos que é possível de ser realizada", explica Janaína. Ela informa, também, que é necessário que a pessoa que queira ganhar a reconstrução das aréolas tenha passado pela cirurgia de retirada do câncer há, no mínimo, nove meses. O procedimento é uma micro tatuagem e leva cerca de 1h30min.

O Goiás Tattoo Festival é uma convenção de tatuagem e será realizada no Centro Cultural Oscar Niemeyer, em Goiânia, nos dias 5, 6 e 7 de abril. Além do projeto social, realizará outras ações de inclusão e acessibilidade. Em sua programação, contará com mais de 100 tatuadores, shows musicais e feira gastronômica. Mais detalhes serão anunciados em breve pela organização do evento e podem ser acompanhadas pelo perfil @goiastattoofestival, no Instagram. O festival foi provado no programa Goyazes 2023 da Secult Goiás.

COMO ALTERAÇÃO DE REGRA EM GOIÁS DESTRAVOU RECURSOS PARA MUNICÍPIOS COM FAMÍLIAS CARENTES



Em um evento realizado no Palácio das Esmeraldas na última semana, o governador Ronaldo Caiado anunciou o pagamento do valor de R$ 14,9 milhões para 113 municípios de Goiás por meio do Cofinanciamento Estadual, programa integrante da política do Sistema Único de Assistência Social (Suas) – sistema público de gestão participativa que organiza os serviços de assistência social no Brasil. No entanto, pela primeira vez, as maiores fatias do recurso foram destravadas para chegar justamente aos municípios com o maior número de famílias carentes. O que seria um cenário lógico demandou a publicação de um decreto em 2021 e de uma lei, em 2023, ambos estaduais, para "desengessar" um parâmetro federal que, na prática, dificultava a chegada do dinheiro na ponta.

Conforme a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de Goiás (Seds), o primeiro dos obstáculos para o uso dos recursos por parte dos municípios era a regra para recebimento e aplicação deles. Garantido na Constituição Federal e em uma lei estadual de 2015, o repasse para os municípios era feito com base em três blocos de financiamento pré-determinados pelo governo federal: proteção social básica, proteção social especial e benefícios eventuais.

O município, segundo a norma vigente, ficava restrito a aplicar o dinheiro recebido dentro de seu bloco de financiamento específico, mesmo que as demandas em outro bloco fossem maiores e mais urgentes.

"Muitos municípios ficavam com o dinheiro parado em conta, sem condição de usar porque estavam em um bloco que na verdade, pela especificidade do município, precisava estar em outro bloco", explica, ao Jornal Opção, a subsecretária de Execução da Política Social da Sedes, Silvana Fuini.

Com a pandemia do coronavírus, que fechou as atividades consideradas não essenciais e aumentou a condição de carência de famílias que já estavam em vulnerabilidade social, o governo estadual publicou, em março de 2021, um decreto com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta do Suas no atendimento à população nessa situação.

Segundo o decreto. 9.830, passava a ser admitido, a partir daquele momento, o remanejamento de recursos entre os blocos de financiamento. No mesmo ano, 246 municípios receberam R$ 28 milhões no programa de Cofinanciamento Estadual, distribuídos pelo Fundo Estadual de Assistência Social de Goiás (Feas-GO) da Seds, já dentro da nova normativa de possibilidade de remanejamento de recursos de um bloco para outro. No ano seguinte, em 2022, foi feito o pagamento de recomposição no valor de R$ 5,6 milhões.

Mesmo com os repasses dos recursos já colocados em prática, segundo a Seds, outra falha no sistema de distribuição foi verificada. Até então, o Cofinanciamento era feito com base em critérios federais que estipulavam o valor que cada município receberia com base no porte dele, ou seja, na quantidade de habitantes.

De acordo com um estudo do governo federal intitulado "Diversidade no Suas: realidade, respostas, perspectivas", são considerados de porte populacional I (pequeno) municípios com até 20 mil habitantes; porte II (pequeno) municípios de 20 mil a 50 mil habitantes; médio porte, de 50 mil a 100 mil; grande porte, de 100 mil a 900 mil, e metrópoles, cidades com mais de 900 mil habitantes. Porém, o próprio estudo afirma que "torna-se claro que a base de definição de referência no Suas precisa ser revista".

"Ela precisa ser relacional à quantidade de habitantes, quantidade de famílias, quantidade de famílias cadastradas, quantidade de famílias beneficiárias. Recomenda-se que um novo Plano Decenal do Suas deixe de aplicar número absoluto para quantificar o referenciamento, e passe a aplicar um número proporcional ou relativo a, por exemplo, o CAD. Único". E foi exatamente o caminho tomado pelo governo goiano.

Deixando de lado a regra populacional de porte de lado, Caiado sancionou, em março do ano passado, a lei 21.811. Conforme a nova regra, o "Cofinanciamento Estadual da Assistência Social será anual, calculado de acordo com o número de famílias constante do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, também com os serviços e os equipamentos tipificados por município." A partir de então, passou-se a calcular o valor a ser recebido pelo município goiano não pela quantidade de habitantes, mas pelo número de famílias em situação de vulnerabilidade social (número esse medido pela quantidade de inscrições no Cadastro Único).

"Não era equânime. Agora, no novo modelo, gera mais justiça social, porque a gente entende que municípios com mais famílias cadastradas [no CadÚnico] recebem um recurso maior. Significa que aquele município tem mais pessoas em situação de vulnerabilidade", analisa Silvana Fuini.

A nova regra foi aplicada pela primeira vez neste ano e, seguindo a nova métrica, o Feas-GO repassou recursos somente aos municípios que aplicaram o mínimo de 70% dos recursos recebidos no último pagamento. "O município que não recebeu neste ano, por não ter aplicado os 70% e quer receber no próximo pagamento, basta que ele utilize os recursos e aplique o percentual mínimo", destaca a coordenadora da SES.

Veja, ao final da reportagem, a relação dos municípios que receberam neste ano, assim como o valor pago a cada um.

Redução da pobreza

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada em dezembro de 2023, Goiás foi o segundo estado que mais reduziu o índice de pobreza no Brasil em 2022. O estudo levou em consideração condições de vida da população a partir de indicadores sociais como demografia, famílias, educação, trabalho, distribuição de renda e domicílios.

Ainda segundo a Síntese de Indicadores Sociais, Goiás registrou, em 2022, o quarto menor porcentual de extrema pobreza do Brasil. A taxa no quesito em questão ficou em 2,7%, mais de 3% menor que a média nacional, de 5,9%.

Os dados divulgados foram celebrados pelo governo estadual por apontarem que o estado reduziu 27,8% nos índices de pobreza, ficando atrás somente de Mato Grosso do Sul (28,5%). "É mais uma prova da efetividade do nosso Goiás Social, programa que mudou a história socioassistencial em Goiás, promovendo transformações reais na vida de milhares de famílias ao longo dos últimos cinco anos", comemorou, na época, a coordenadora do Goiás Social e primeira-dama Gracinha Caiado.

Municípios recebedores e valores do Cofinanciamento Estadual pagos em 2024:

Abadia de Goiás R$ 122.197,68
Abadiânia R$ 95.372,64
Água Fria de Goiás R$ 72.000,00
Água Limpa R$ 72.000,00
Águas Lindas de Goiás R$ 1.251.938,16
Alexânia R$ 220.017,60
Amaralina R$ 72.000,00
Anhanguera R$ 72.000,00
Aparecida do Rio Doce R$ 72.000,00
Aporé R$ 72.000,00
Araçu R$ 72.000,00
Aragarças R$ 140.350,32
Arenópolis R$ 72.000,00
Aruanã R$ 72.000,00
Aurilândia R$ 72.000,00
Avelinópolis R$ 72.000,00
Barro Alto R$ 72.000,00
Bom Jesus de Goiás R$ 106.896,24
Brazabrantes R$ 72.000,00
Britânia R$ 72.000,00
Buriti de Goiás R$ 72.000,00
Buritinópolis R$ 72.000,00
Cachoeira de Goiás R$ 72.000,00
Caçu R$ 75.342,96
Caiapônia R$ 92.854,08
Campestre de Goiás R$ 72.000,00
Campinaçu R$ 72.000,00
Campo Limpo de Goiás R$ 72.000,00
Campos Belos R$ 133.103,52
Campos Verdes R$ 72.000,00
Catalão R$ 327.531,60
Cavalcante R$ 80.403,84
Ceres R$ 94.802,40
Cezarina R$ 72.000,00
Cocalzinho R$ 161.591,76
Córrego do Ouro R$ 72.000,00
Corumbaíba R$ 72.000,00
Cristianópolis R$ 72.000,00
Cromínia R$ 72.000,00
Damolândia R$ 72.000,00
Davinópolis R$ 72.000,00
Diorama R$ 72.000,00
Divinópolis de Goiás R$ 72.000,00
Doverlândia R$ 72.000,00
Estrela do Norte R$ 72.000,00
Faina R$ 72.000,00
Formosa R$ 605.095,92
Goianésia R$ 303.201,36
Goianira R$ 314.748,72
Goiás R$ 150.662,16
Guarani de Goiás R$ 72.000,00
Guarinos R$ 72.000,00
Hidrolândia R$ 121.009,68
Hidrolina R$ 72.000,00
Iaciara R$ 95.990,40
Inaciolândia R$ 72.000,00
Indiara R$ 77.742,72
Ipiranga de Goiás R$ 72.000,00
Iporá R$ 152.776,80
Itaberaí R$ 270.982,80
Itapuranga R$ 152.729,28
Itarumã R$ 72.000,00
Itauçu R$ 72.000,00
Jandaia R$ 72.000,00
Jaraguá R$ 267.323,76
Joviânia R$ 72.000,00
Leopoldo de Bulhões R$ 72.000,00
Mara Rosa R$ 72.000,00
Matrinchã R$ 72.000,00
Moiporá R$ 72.000,00
Morrinhos R$ 205.333,92
Morro Agudo de Goiás R$ 72.000,00
Mossâmedes R$ 72.000,00
Nova Glória R$ 72.000,00
Nova Roma R$ 72.000,00
Novo Planalto R$ 72.000,00
Orizona R$ 72.000,00
Palestina de Goiás R$ 72.000,00
Panamá R$ 72.000,00
Paranaiguara R$ 72.000,00
Perolândia R$ 72.000,00
Petrolina de Goiás R$ 72.000,00
Pilar de Goiás R$ 72.000,00
Planaltina R$ 595.972,08
Pontalina R$ 98.699,04
Porangatu R$ 221.894,64
Posse R$ 186.159,60
Professor Jamil R$ 72.000,00
Rialma R$ 72.000,00
Rianápolis R$ 72.000,00
Rubiataba R$ 102.120,48
Santa Cruz de Goiás R$ 72.000,00
Santa Isabel R$ 72.000,00
Santa Rita do Novo Destino R$ 72.000,00
Santa Rosa de Goiás R$ 72.000,00
Santa Tereza de Goiás R$ 72.000,00
Santo Antônio da Barra R$ 72.000,00
São Domingos R$ 72.000,00
São Francisco de Goiás R$ 72.000,00
São João da Aliança R$ 80.308,80
São Miguel do Araguaia R$ 168.292,08
São Patrício R$ 72.000,00
Senador Canedo R$ 666.681,84
Silvânia R$ 102.120,48
Simolândia R$ 72.000,00
Taquaral de Goiás R$ 72.000,00
Teresina de Goiás R$ 72.000,00
Trindade R$ 796.197,60
Turvelândia R$ 72.000,00
Uruana R$ 84.110,40
Valparaíso R$ 805.090,32
Vicentinópolis R$ 72.000,00
Vila Propício R$ 72.000,00

TST VALIDA DESCONTO DE SALÁRIO POR BANCO DE HORAS NEGATIVO



Em uma decisão unânime, a Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) validou o desconto de salário em caso de saldo negativo no banco de horas, desde que previsto em convenção coletiva. A relatoria do caso coube à ministra Maria Helena Mallmann, e a decisão foi publicada no dia 1 de março.

Os membros da turma destacaram a primazia do que foi acordado coletivamente sobre a legislação trabalhista, conforme as alterações introduzidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pela reforma trabalhista de 2017. Essa posição está alinhada com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), que, em um caso de repercussão geral, confirmou a constitucionalidade da norma que permite a redução de direitos trabalhistas mediante convenção ou acordo coletivo.

É importante ressaltar, segundo especialistas, que essa decisão do TST não se configura como norma geral e não pode ser aplicada em acordos individuais, valendo apenas para os casos abrangidos pela convenção coletiva em questão.

BANCO DE HORAS

O banco de horas é um sistema que permite flexibilizar a jornada de trabalho, compensando horas excedentes por folgas ou redução da carga horária.

Como funciona?

Acúmulo de horas

Horas excedentes: se você trabalhar mais que o previsto em seu contrato, essas horas extras serão depositadas no banco de horas.

Horas devidas: se você precisar sair mais cedo ou chegar atrasado, por exemplo, essas horas serão debitadas do seu banco de horas.

Compensação de horas

Folgas compensatórias: você pode usar as horas excedentes para tirar folgas em dias específicos, como feriados ou fins de semana.

Redução da jornada de trabalho: você pode diminuir sua jornada de trabalho em um dia específico para compensar as horas excedentes.

Pagamento das horas extras: se você não quiser folgar ou reduzir sua jornada, a empresa pode pagar as horas extras com o adicional legal.

O QUE DIZ A LEI?

A Consolidação das Leis do Trabalho permite que um trabalhador fique até 2 horas extras por dia, desde que haja acordo individual, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

O banco de horas pode ter validade de até um ano (acordos e convenções coletivas) ou seis meses (acordo individual).

As horas negativas (débito no banco de horas) devem ser compensadas no prazo de validade do banco de horas.

O desconto de horas negativas só pode ser feito no final do prazo de validade do banco de horas.

O desconto de horas negativas não pode ser feito nas férias, salvo se houver regra nesse sentido na convenção ou acordo coletivo de trabalho.

VANTAGENS DO BANCO DE HORAS

Flexibilidade para o colaborador: você pode gerenciar melhor seu horário de trabalho e conciliar sua vida pessoal e profissional.

Controle de horas extras: a empresa tem um controle mais preciso das horas extras trabalhadas.

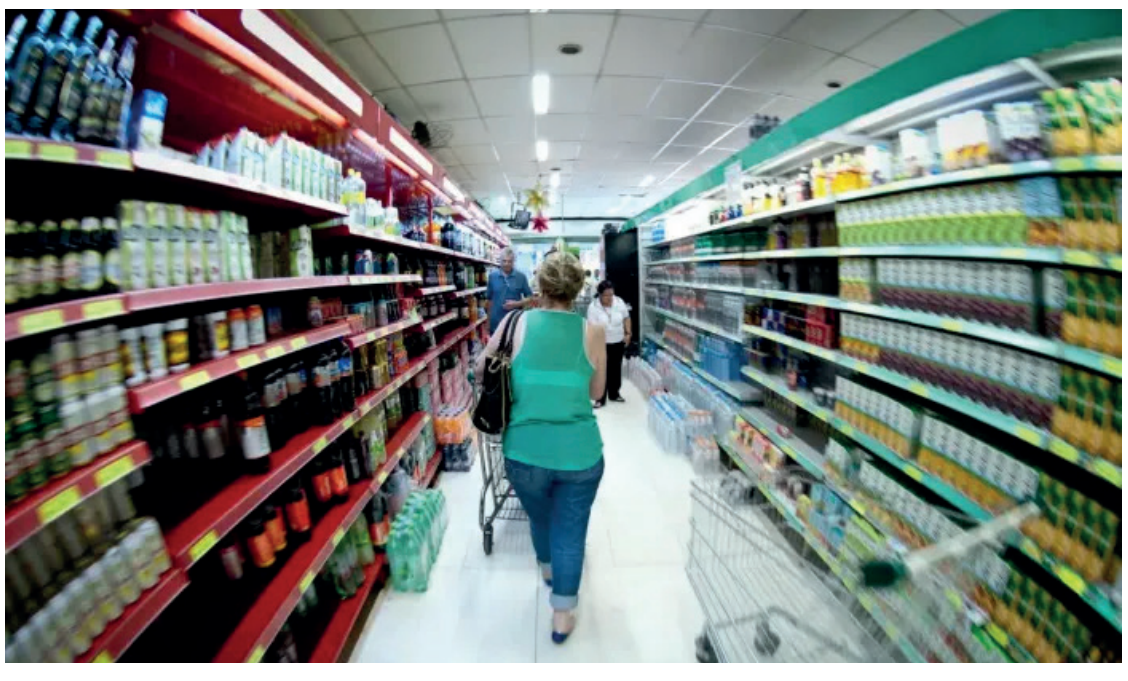
Redução de custos: a empresa pode reduzir custos com horas extras, pois pode compensá-las com folgas ou redução da jornada de trabalho.

DESVANTAGENS DO BANCO DE HORAS

Risco de acúmulo de horas negativas: se você não compensar as horas negativas no prazo estabelecido, poderá ter que pagar a empresa.

Perda de renda: se você precisar tirar folgas para compensar as horas negativas, poderá perder renda.

CESTA BÁSICA SOBE EM 14 CAPITAIS BRASILEIRAS EM FEVEREIRO



Em fevereiro, o custo da cesta básica subiu em 14 das 17 capitais brasileiras analisadas pela Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

As únicas capitais que não apresentaram aumento no preço médio da cesta foram Florianópolis (-2,12%), Goiânia (-0,41%) e Brasília (-0,08%). As maiores elevações foram observadas no Rio de Janeiro (5,18%), São Paulo (1,89%) e Salvador (1,86%).

No mês passado, os produtos que mais contribuíram para o aumento no preço da cesta foram o feijão, a banana, o arroz, a manteiga e o pão francês. O feijão, por exemplo, subiu em todas as capitais analisadas pelo Dieese. Já a banana subiu em 16 capitais, com elevações que oscilaram entre 2,62% [em Belém] e 19,83% [em Belo Horizonte] na comparação com janeiro.

Na comparação anual, 12 capitais apresentaram alta no preço, com variações que oscilaram entre 0,32% (em Belém) e 11,64% (no Rio de Janeiro). Nesse período, as quedas mais importantes foram registradas no Recife (-7,79%) e em Natal (-7,48%).

A cesta mais cara do país foi encontrada no Rio de Janeiro, onde o conjunto dos alimentos básicos custava em média, no mês de fevereiro, em torno de R$ 832,80. Em seguida apareceram São Paulo (R$ 808,38), Porto Alegre (R$ 796,81) e Florianópolis (R$ 783,36). Nas capitais do Norte e do Nordeste do país, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram registrados em Aracaju (R$ 534,40), no Recife (R$ 559,68) e em João Pessoa (R$ 564,50).

Com base no valor da cesta mais cara [que em dezembro foi a do Rio de Janeiro] e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família (com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência), o Dieese estimou que o valor ideal deveria ser de R$ 6.996,36 em fevereiro, ou 4,95 vezes o valor do salário mínimo atual de R$ 1.412,00.

ANVISA VAI PRIORIZAR REGISTRO DE DISPOSITIVOS PARA DIAGNÓSTICO DE DENGUE



A pedido do Ministério da Saúde, a agência informou que está analisando a possibilidade de comercialização de autotestes para o vírus. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciou nesta quarta-feira, 6, que vai priorizar, em caráter de urgência, todos os pedidos de registro de dispositivos destinados ao diagnóstico da dengue, como os testes utilizados em laboratórios e farmácias para identificar a doença. A decisão da diretoria colegiada abrange as solicitações em andamento e também as que forem protocoladas nos próximos 60 dias. A pedido do Ministério da Saúde, a agência informou que está analisando a possibilidade de comercialização de autotestes para dengue. "O objetivo é ampliar o fornecimento de meios eficazes para o diagnóstico precoce da doença, permitindo uma resposta mais rápida no controle da epidemia", iniciou a Anvisa, em nota. "Também terão prioridade os pedidos de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de empresas fabricantes de testes para dengue, garantindo a qualidade e a segurança desses produtos", completou

ENTRE OS DIAS 5 E 7 DE ABRIL, GOIÂNIA VAI RECEBER O GOIÁS TATTOO FESTIVAL



Entre os dias 5 e 7 de abril, Goiânia vai receber o Goiás Tattoo Festival, um evento focado na arte de tatuar, com a presença de mais de 100 tatuadores. A convenção terá entrada gratuita e acontecerá no Centro Cultural Oscar Niemeyer, com vasta programação musical, artística e gastronômica.

De acordo com a organização do evento, o público também pode aguardar por ações de inclusão e acessibilidade durante a convenção, como é o caso da ação gratuita realizada pela tatuadora estética Janaína Lima, que fará reconstrução de aréola em mulheres que venceram o câncer, sob agendamento.

A programação completa será divulgada em breve.

ANOTA AÍ

Goiás Tattoo Festival

Data: de 5 a 7 de abril

Local: Centro Cultural Oscar Niemeyer - Goiânia

Entrada: gratuita

SIGA-NOS EM NOSSAS REDES SOCIAIS:

jornalestadaogoias /groups/1401379880115195 jolestadaodegoias

ESTADÃO DE GOIÁS

Empresa
PARANAIBA PESQUISAS E PUBLICACOES LTDA

Cnpj
45.700.450/0001-25

Endereço
Rua JA-2 nº 112 bairro Juca Arantes, Itumbiara-Goiás

Responsável
Sandro César de Souza

Contato
64 9926-78545
joestadaogoias_iub@hotmail.com
sandrocesar_iub@hotmail.com

Publicidade e Marketing
Júlio César Alves

Diagramação
Genial Marketing

BRASIL REGISTRA MAIS DE 10 MIL CASOS DE FEMINICÍDIO EM 9 ANOS, APONTA LEVANTAMENTO

Estudo divulgado nesta quinta-feira (7) pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que pelo menos 10.655 mulheres foram vítimas de feminicídio no país de março de 2015 (quando a lei sobre o tema foi criada) a dezembro de 2023 —o levantamento leva em conta apenas os casos que foram oficialmente registrados dessa forma pela polícia.

Esse número, segundo a entidade, seria maior não fosse a subnotificação de casos nos primeiros anos de vigência da legislação.

A lei do feminicídio, sancionada em março de 2015, qualifica o crime quando ele é cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, quando envolve violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Os dados utilizados no levantamento têm como fontes os boletins de ocorrência registrados pelas Polícias Civis dos estados e do Distrito Federal.

Segundo o Fórum, no ano de 2023 o total de 1.463 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil, maior número já registrado desde a tipificação da lei. Isso representa uma taxa de 1,4 mulher morta para cada grupo de 100 mil habitantes. No ano anterior, tinham sido 1.440 casos, com a mesma taxa de 1,4 mortes para cada 100 mil habitantes.

Analisando o levantamento por região, o Centro-Oeste se destaca por apresentar a taxa mais elevada de feminicídios nos dois últimos anos, chegando a 2 mortes por 100 mil habitantes, 43% superior à média nacional. A segunda região mais violenta para as mulheres foi o Norte, com taxa de 1,6, seguido do Sul, com 1,5. As regiões Sudeste e Nordeste registraram taxas de 1,2 e 1,4 por 100 mil.

O Sudeste, porém, apresentou o maior crescimento no toral de feminicídios no ano passado, com variação de 5,5%, passando de 510 vítimas em 2022 para 538 em 2023. A única região que apresentou redução na taxa foi a Sul, com queda de 8,2% (de 1,6 para 1,5).

Quando se verifica os dados por unidade federativa, 15 delas apresentaram taxa de feminicídio acima da média nacional. O estado com a maior taxa no ano passado foi Mato Grosso, com 2,5 mulheres mortas por 100 mil habitantes. Apesar disso, o estado teve redução de 2,1% na taxa de vitimização por feminicídio.

Empatados em segundo lugar, os estados mais violentos para mulheres foram Acre, Rondônia e Tocantins, com taxa de 2,4 mortes por 100 mil. Enquanto Acre e Tocantins tiveram crescimento de, respectivamente, 11,1% e 28,6%, Rondônia conseguiu reduzir em 20,8% a taxa.

Na terceira posição aparece o Distrito Federal, cuja taxa foi de 2,3 por 100 mil mulheres, variação de 78,9% entre 2022 e 2023, passando de 19 vítimas em 2022 para 34 vítimas no ano passado.

As menores taxas de feminicídio foram registradas nos estados do Ceará (0,9 por 100 mil), São Paulo (1 por 100 mil) e Amapá (1,1 por 100 mil). Apesar do resultado positivo no Ceará, o Fórum faz uma ressalva: desde a tipificação da lei, a Polícia Civil cearense tem reconhecido um número muito baixo de feminicídios quando comparado ao total de mulheres assassinadas, sinal de que há subnotificação.

"Em 2022, por exemplo, de um total de 264 mulheres assassinadas, apenas 28 casos receberam a tipificação de feminicídio, 10,6% do total. Para se ter uma ideia, no mesmo ano, a média nacional quando comparado o percentual de feminicídios em relação ao total de homicídios de mulheres foi de 36,7%, mais do que o triplo do que o verificado no caso cearense", destaca o relatório.

No caso de São Paulo, embora a taxa seja relativamente baixa quando comparada ao cenário nacional, entre 2022 e 2023 houve uma variação de 13,3%, saltando de 195 vítimas em 2022 para 221 no último ano.

Na análise do relatório, o Fórum afirma que, apesar de o enfrentamento à violência contra a mulher ter sido um tema importante na campanha eleitoral de 2022, nem todos os governadores têm dado a atenção necessária ao tema.

"Um exemplo é o governo de Tarcísio de Freitas, que congelou os investimentos voltados ao enfrentamento à violência contra as mulheres no ano passado, mesmo diante do crescimento e recorde dos feminicídios e estupros no estado. O governo também não implementou o recurso destinado a novas delegacias da mulher, tendo executado apenas 3% do total de R$ 24 milhões previsto na Lei Orçamentária Anual", destaca a análise.



